CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
A casa do povo, a casa da cidadania.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
PARECER AO VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 10/2024

AUTOR: Executivo Municipal

EMENTA: "Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 10/2024".

RELATOR: Sidninho

PARECER

O projeto do Edil Marcelo Maia, tem por objetivo dispor sobre a criação do programa Voluntários pela Educação.

Dispõe o Regimento Interno que *"**se o Prefeito considerar o Projeto, no todo ou em parte, inconstitucional, ilegal ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á**, total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto"*. (art. 201)

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Vereadores de Salvador (art. 68, II), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie exclusivamente acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito de Salvador encaminhou mensagem a esta Casa informando o veto parcial ao Projeto de Lei, uma vez que, ouvida a Secretaria Municipal de Educação, restou apontado que a redação proposta para o §2º do artigo 2º, representa uma quebra da lógica que sustenta a criação e o fortalecimento da autonomia dos Conselhos Escolares, ao introduzir uma obrigação financeira que, na prática, limita a autodeterminação das escolas no uso de seus recursos.

Pelo exposto, o presente veto parcial se coaduna com o ordenamento jurídico vigente, estando evidenciada a sua constitucionalidade e legalidade, razão pela qual opinamos **PELA APROVAÇÃO DO VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 10/2024**.
É o Parecer.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2025.

Sidninho
Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final

Mauricio Trindade — Júlio Santos — Duda Sanches
Rodrigo Amaral — Aladilce Souza — Omarzinho